



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

Assunto: Interpelação escrita apresentada pelo Deputado à Assembleia Legislativa, Ngan Iek Hang

Na sequência da interpelação escrita apresentada pelo Deputado Ngan Iek Hang, datada de 28 de Outubro de 2025, enviada a coberto do ofício n.º 037/E22/VIII/GPAL/2025 da Assembleia Legislativa, de 5 de Novembro de 2025, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 6 de Novembro de 2025, após parecer da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) e da Polícia Judiciária (PJ), cumpre a este Gabinete dar as seguintes respostas:

Em relação ao ponto 1 da interpelação, a DSAJ referiu que actualmente em Macau já existem normas jurídicas que regulam a aplicação da inteligência artificial (IA). Por exemplo, no caso de violação de direitos civis decorrente do abuso da tecnologia de inteligência artificial, os direitos e interesses legítimos dos interessados, incluindo o direito a indemnização, são protegidos nos termos do disposto no Código Civil, no Código de Processo Civil, no Regime do direito de autor e direitos conexos, no Regime Jurídico da Propriedade Industrial, entre outros. Além disso, caso o agente utilize a tecnologia de inteligência artificial para a prática de crimes contra a honra ou a reserva da vida privada ou crimes de burla informática ou falsificação, entre outros, pode incorrer em responsabilidade criminal nos termos do Código Penal, da Lei de combate à criminalidade informática e de outras leis penais avulsas.

Até ao dia 15 de Novembro deste ano, A PJ recebeu três casos de burla com recurso à tecnologia da inteligência artificial *Deepfake*, utilizando a imagem de figuras públicas, para fazer promoções de investimentos fraudulentos. Nenhum desses casos resultou em prejuízos. De facto, embora a tecnologia da inteligência artificial *Deepfake* seja um novo tipo de esquema criminoso, trata-se, no essencial, de crimes que utilizam tecnologia para a prática da burla, violação de dados pessoais, produzir informações falsas, etc. Em Macau, estes actos já estão tipificados como crime no Código Penal e a Lei de combate à criminalidade informática, os quais prevêm a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

responsabilização criminal dos seus autores. No futuro, as autoridades policiais irão continuar a prestar elevada atenção à evolução destes fenómenos criminais, aprimorando as estratégias policiais, e no caso de os serviços competentes iniciarem os trabalhos legislativos relacionados com a IA, a PJ compromete-se a cooperar activamente e a fornecer pareceres especializados.

Relativamente ao ponto 2 da interpelação, face ao desenvolvimento rápido da tecnologia de detecção de conteúdo gerado por IA, a subunidade da PJ responsável pela informática forense já estudou e introduziu ferramentas de ponta para a recolha de provas electrónicas, o que melhorou de forma eficaz a capacidade de preservação e de identificação da prova. A PJ irá continuar a estar vigilante face ao desenvolvimento global de tecnologias de segurança da IA, realizando, quando necessário, estudos sobre a introdução dessas tecnologias e sua aplicação em Macau. Além da técnica profissional, foram criadas, em 2020, as carreiras especiais de técnicos superiores de ciências forenses e de técnico de ciências forenses na área da prova electrónica, com vista a formar uma equipa de profissionais qualificados para enfrentar os desafios dos novos tipos de crimes. Ao mesmo tempo, a PJ tem realizado, de forma contínua, acções de formação profissional destinadas ao pessoal de investigação criminal e de ciências forenses, além de organizar a participação dos mesmos em conferências, seminários e *workshops* organizados pela Interpol e pelas forças policiais das regiões adjacentes, a fim de melhorar continuamente as suas capacidades profissionais na execução da lei.

Quanto ao ponto 3 da interpelação, no campo sobre a prevenção criminal, a PJ, através das acções de sensibilização *online*, nas escolas, nas associações e junto dos residentes, tem difundido constantemente e de forma sistemática, informações no âmbito da prevenção dos crimes informáticos, cibernéticos e da protecção dos dados pessoais, no sentido de reforçar a capacidade da população em identificar e prevenir esses crimes. Além disso, esta Polícia toma a iniciativa de inovar os modos de sensibilização, tendo criado, em Maio deste ano, no Centro de Coordenação de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

Combate às Burlas, a zona de experiência interactiva “*Deepfake* da IA”, na qual é simulado o processo em que os burlões trocam rostos com recurso a essa tecnologia e fazem instantaneamente chamadas de vídeo. Ainda nesse âmbito, em Agosto, produziu em colaboração com uma empresa de Macau, o vídeo publicitário “*Deepfake Scams – Know the Signs*”, com vista a melhorar os conhecimentos do público sobre os esquemas de burla de investimento com uso da IA.

No que respeita à divulgação da prevenção criminal nos diversos sectores profissionais, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes da Cibersegurança realizou, em Setembro, a “Semana de Cibersegurança da China 2025 – Subfórum de Macau”, tendo convidado oradores especialistas do Interior da China para partilharem com os operadores das infra-estruturas críticas e o sector da tecnologia informática ideias sobre temas de vanguarda, como protecção de riscos da IA e aumento da capacidade de defesa da cibersegurança com recurso à IA. Esta iniciativa, possibilita que os sectores profissionais aproveitem a IA, de forma mais eficaz e segura, na promoção do desenvolvimento da sociedade.

A Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança

Lam In Sang

24 de Novembro de 2025